



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)
Ata da 29ª reunião, realizada em 14 de novembro de 2025

1 Em 14 de novembro de 2025, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
4 titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago Figueiredo Santana, representante da SEMAD;
5 Representantes do Estado: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Daniel Guimarães Medrado de Castro, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Elisa Borges Moreira, da
8 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Lucas Silva e Greco, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
9 (MPMG). Representantes dos municípios: Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura de Patrocínio; Jhonata
10 Soares Coelho, da Prefeitura de Mantena; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Representantes
11 dos usuários de recursos hídricos: Alessandro de Oliveira Palhares, da Companhia de Saneamento de Minas
12 Gerais (Copasa); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
13 (Faemg); Danielle Maciel Ladeia Wanderley, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg);
14 Heloísa Cristina França Cavallieri, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE) de Itabirito.
15 Representantes da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia de
16 Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Décio Antônio Chaves Beato, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
17 - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); José Geraldo Mageste da Silva, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
18 Roberto César de Almeida Monte-Mor, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1)**
19 **ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Thiago Figueiredo Santana declarou aberta a
20 29ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
21 Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro José Geraldo Mageste da Silva/UFU:
22 “Nós fizemos em Uberlândia um simpósio sobre bacias hidrográficas, recursos hídricos, e uma informação
23 importante que trazemos para divulgar junto à nossa população é que das 11 maiores bacias hidrográficas do
24 nosso país Minas Gerais está presente em oito. Isso mostra o quanto nós temos essa responsabilidade. Nós
25 tivemos boa participação do pessoal de São Paulo, pessoal de Goiás. O pessoal de Goiás está apontando muitos
26 problemas com a mudança climática. Mudança climática é uma realidade. Nós conselheiros temos que estar
27 alertados para isso. E o uso exacerbado. Para Minas Gerais, nós tivemos muitas denúncias de entupimento de
28 nascentes, de total desrespeito a veredas. A Prefeitura de Uberlândia foi até notificada por toda a comissão
29 desse fórum, que deixa se instalar bairros sem nenhum respeito à área de preservação permanente que
30 acompanha as veredas. O Triângulo Mineiro, como vocês sabem, é um âmbito de veredas, uma coleção de
31 veredas, não só o Triângulo Mineiro, mas o Alto Paranaíba, a região de Três Marias. Então fica esse apelo nosso
32 com esse registro. Esse foi até um fórum que veio nos preparar para estar aqui agora na COP 30.” **4)**
33 **COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Emanuely Alves Aguiar/SEMAD: “Nosso comunicado de hoje é para
34 reforçar a divulgação da consulta pública para aprimoramento do Decreto 48.209, do CERH, e do 46.953, do
35 COPAM. Para os participantes desta reunião eu vou disponibilizar o acesso no chat, mas para os nossos ouvintes
36 do YouTube está no site da SEMAD. A consulta fica aberta até o dia 30 de novembro. Então, caso vocês tenham
37 alguma dúvida, nós da assessoria estamos à disposição.” **5) EXAME DA ATA DA 28ª REUNIÃO.** Aprovada por
38 unanimidade a ata da 28ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 25 de abril de 2025. Votos
39 favoráveis: Seapa, SEE, Segov, MPMG, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Lavras,
40 Copasa, Faemg, Fiemg, SAAE de Itabirito, Abas, UFU e Unifei. Ausências: Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de
41 Taiobeiras, Cemig e Promutuca. Abstenções: Sede e IHMBio. Justificativas de abstenções. Os conselheiros Daniel
42 Guimarães Medrado de Castro, representante da Sede, e Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do
43 IHMBio, justificaram abstenção de voto por não terem participado da reunião anterior. **6) PROCESSO**
44 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DO RECURSO DA DECISÃO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS**

45 **HÍDRICOS. 6.1) Maria Márcia Menezes (Lagoa Rica). Paracatu-MG. Portaria nº 622/2024. DAC 002/2006. SEI/Nº**
 46 **2240.01.0003725/2025-19. Responsável: Unidade Regional de Gestão das Águas Noroeste de Minas (Urga**
 47 **NOR). Recurso deferido por unanimidade nos termos do parecer do IGAM. Votos favoráveis: Seapa, Sede, SEE,**
 48 **Segov, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Lavras, Copasa, Faemg, Fiemg, SAAE de**
 49 **Itabirito, IHMBio, Abas, UFU e Unifei. Abstenção: MPMG. Ausências: Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de**
 50 **Taiobeiras, Cemig e Promutuca. Justificativa de abstenção. Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Eu me**
 51 **abstenho em razão de formal orientação da Corregedoria-Geral do Ministério Público.” 7) ASSUNTOS GERAIS.**
 52 **Conselheiro José Geraldo Mageste da Silva/UFU: “Embora não se trate da Câmara Recursal, da nossa área de**
 53 **recursos hídricos, eu tenho aqui em mãos um pedido de um promotor que refere-se a uma multa ambiental e**
 54 **achei oportuno trazer isso para mostrar aos demais conselheiros e até aproveitarmos a presença do Dr. Greco,**
 55 **para nos ajudar a entender melhor essas questões, que um dia isso pode aparecer aqui na nossa Câmara**
 56 **também. Aqui você vê uma carta de um promotor da região de Malacacheta, no Noroeste de Minas. Como vocês**
 57 **sabem, eu sou engenheiro florestal, acompanhei esse plantio de eucalipto lá na região. Isso foi feito dentro da**
 58 **máxima obediência à legislação ambiental. Eu quero ler para vocês o que o promotor mandou para o proprietário**
 59 **Sr. Antônio: ‘Senhor Antônio, o promotor de Justiça que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, com**
 60 **fundamento art. 3º, parágrafo único, da Res. CNMP nº 174/2017, informa ao senhor que o dano ambiental**
 61 **constante do auto de infração configura responsabilidade nas esferas administrativa, cível e criminal, bem como**
 62 **esclarece que o recurso interposto perante a SEMAD refere-se à esfera administrativa, enquanto o termo de**
 63 **ajustamento de conduta é instrumento aplicável nas esferas cível/criminal no âmbito desta Promotoria de**
 64 **Justiça. Portanto, solicita-se que informe, no prazo de 10 dias, se possui interesse na celebração de um TAC.’**
 65 **Então, assim como conselheiro aqui, embora não seja da parte ambiental, da parte de recursos hídricos, eu**
 66 **trouxe esse assunto para mostrar a vocês que houve uma aplicação da multa, isso chegou à mão do promotor... E**
 67 **até peço ao conselheiro Henrique para me ajudar a entender melhor. Se o proprietário se dispuser a assinar um**
 68 **TAC, ele está reconhecendo a multa. Já tem 75 dias que os funcionários do Estado, do Sisema, estão em greve. Eu**
 69 **entendo, conheço o recurso que foi interposto, acho o recurso muito robusto. Houve uma confusão. Em diversas**
 70 **ocasiões eu já presenciei pessoas se contrariando, porque um sargento vai lá fazer uma vistoria ambiental, o**
 71 **sargento não tem formação na parte de meio ambiente. E o sargento manda uma cópia para o promotor, e o**
 72 **promotor se dá o direito de convidar o proprietário para fazer um ajuste. Ora, se o proprietário concordar com**
 73 **esse ajuste, esse termo de ajuste de conduta, ele está reconhecendo o delito. Isso não é verdadeiro. Então eu**
 74 **trouxe esse assunto à tona, gostaria de ouvir os colegas, embora não se trata da nossa Câmara, mas é porque é**
 75 **uma situação difícil, isso pode estar configurando uma exacerbação de direito. O produtor investe, gera**
 76 **emprego. Para vocês terem ideia, o IDH dessa região, Setubinha, Malacacheta, deve ser uns menores de Minas**
 77 **Gerais. Setubinha, que está vizinha a Malacacheta, onde está esse empreendimento, chega a ser um IDH de 0,2.**
 78 **Não estou dizendo que isso vai creditar ninguém a cometer um crime ambiental. Em hipótese alguma. Eu não**
 79 **defendo essa ideia. Mas achei oportuno trazer aqui e gostaria de ouvir os colegas. Porque realmente se esse é**
 80 **um procedimento corriqueiro e repetido no nosso Estado de Minas Gerais nós estamos sacrificando o nosso**
 81 **empreendedor.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Importante esse contexto, até porque é a Câmara que**
 82 **atua na análise de recursos quanto às infrações na esfera administrativa, aplicação das penalidades no âmbito**
 83 **dos recursos hídricos.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Nós estamos aqui para contribuir.**
 84 **Podemos ter embate, convergência, natural de uma Câmara, mas estamos aqui para contribuir. Até pela**
 85 **dinâmica, geralmente os recursos apresentados não são acatados, mas graças a Deus fazemos um papel aqui de**
 86 **ler com atenção todos os pareceres... Mageste, eu não sou a pessoa mais apta a responder seus**
 87 **questionamentos, mas eu vou me atrever aqui, respeitosamente. Tem representante aqui do Ministério Público.**
 88 **O que acontece? Uma cópia do boletim de ocorrência, quando acontece essas supostas infrações, elas são**
 89 **enviadas à promotoria. E qual o entendimento meu particular e até da instituição em que eu trabalho, a**
 90 **Federação da Agricultura? Que deveria ser encaminhado após o fim do processo administrativo, porque aí sim**
 91 **deveria ser encaminhado o auto de infração que caracterizou a infração. Porque até então parte-se do**
 92 **pressuposto de que ainda não obteve um dano ambiental. Então cabe sim ao produtor rural, no seu caso aqui, ao**
 93 **autuado, ter uma consultoria jurídica adequada para, no momento que for ter essa oitiva junto ao excelentíssimo**
 94 **representante do Ministério Público, esclarecer esses fatos. As esferas não têm relação, mas em caso concreto o**
 95 **promotor de Justiça tem que ter essa ciência, principalmente que o prazo legal de análise dessas defesas ou dos**

96 recursos muitas vezes temos ciência, de forma respeitosa, não são respeitados pelo órgão. Há uma certa
 97 morosidade pelo passivo e até mesmo pela complexidade que são as questões ambientais. Sem entrar no mérito,
 98 mas a tríplice responsabilidade é positivada no nosso ordenamento jurídico, e realmente isso é uma questão que
 99 tem esses reflexos na esfera da recuperação do dano, e, caso o produtor não acate esses TACs, geralmente vira
 100 um acordo de não persecução penal. Aí entra numa esfera que eu já não atuo muito aqui na Federação da
 101 Agricultura. Na nossa opinião, não deveria ser enviado o boletim de ocorrência e deveria ser enviado só após o
 102 processo administrativo para o Ministério Público. Porque todo o boletim de ocorrências, imagina o tanto de
 103 demanda que chega às promotorias em relação às questões ambientais, sejam elas questões meramente
 104 burocráticas, de descumprimento de prazos, que não geram dano ambiental, até mesmo questões complexas
 105 que geram questões ambientais, dano ambiental... E só deixar o registro, Mageste, acho que ao longo desse
 106 tempo que participo da CNR aprendi a ter uma admiração pelo seu trabalho. Acho que você é uma pessoa muito
 107 séria representando a universidade e sempre trazendo informações relevantes para os debates. Nós já tivemos
 108 embates aqui, mas sempre com respeito, com diálogo, e eu aprendi a ter essa admiração.” Conselheiro José
 109 Geraldo Mageste da Silva/UFU: “Henrique, muito obrigado. Eu estou aqui e vou fazer uma apresentação na COP
 110 30, vou participar de uma mesa na segunda-feira, inclusive, que trata desses ordenamentos. Isso me deixou
 111 muito contente. Eu estou falando isso não no sentido de aparecer. Hoje nós tivemos dificuldade de chegar aqui à
 112 COP 30, porque houve manifestações na principal via de acesso, mas eu fiz questão de participar desta reunião e
 113 trazer isso porque eu acredito muito na robustez da defesa. Eu até cito para você o caso aqui, uma das coisas
 114 que aconteceram, a multa é porque foram encontrados alguns pés de eucalipto na reserva legal, mas o produtor
 115 não plantou nessa reserva legal. Todo mundo sabe isso, eucalipto dá semente todos os anos. Como está a até
 116 menos de 5 m de distância do limite, nasceram algumas mudas lá. Então nós estamos provando, inclusive, que no
 117 nosso país acontece isso, na nossa condição tropical, isso é possível. Eu acredito muito na robustez da defesa
 118 apresentada. E esse produtor ficou numa situação um pouco difícil, porque se ele aceita um TAC ele está
 119 reconhecendo.” Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG: “Presidente, eu só queria que o colega conselheiro
 120 esclarecesse um pouco mais qual é a dúvida que ele ostenta em relação a esse procedimento adotado pelo
 121 Ministério Público. A dúvida é em relação ao que vincula no âmbito administrativo, no âmbito cível, no âmbito
 122 criminal?” Conselheiro José Geraldo Mageste da Silva/UFU: “Eu trouxe esse assunto em pauta porque achamos
 123 uma pressa. Não estou dizendo que o promotor está agindo fora do que é permitido dentro da legislação. Eu
 124 trouxe o assunto em pauta para mostrar que uma coisa dessa deixa o sistema produtivo vulnerável... Até o
 125 Henrique nos esclareceu que, sendo a multa lavrada em três vias, uma já vai direto para o Ministério Público, e
 126 cabe a ele tomar as decisões. Então eu estou apenas mostrando o fato.” Conselheiro Lucas Silva e Greco/MPMG:
 127 “A questão dessa situação que ocorreu pode ter chegado ao conhecimento do Ministério Público pelo
 128 procedimento que foi relatado pelo Henrique. Pode ter chegado também por outras vias. O que eu gostaria de
 129 deixar claro neste momento é que uma decisão na esfera administrativa não vincula a parte cível onde o
 130 promotor de Justiça está atuando em relação a esse caso específico. Então são instâncias autônomas, a
 131 administrativa, a cível e a criminal. O eventual deferimento ou indeferimento do recurso administrativo não
 132 vincularia a decisão do promotor de Justiça. Lógico que todo promotor de Justiça conhecedor da seriedade dos
 133 órgãos ambientais vai levar em consideração os fundamentos que foram adotados pelo órgão ambiental em sede
 134 de um recurso administrativo, mas a princípio a decisão em um recurso administrativo, seja para deferir ou
 135 indeferir, não vincula o procedimento instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça. Isso é importante
 136 esclarecer, de modo que o recurso desse caso específico, por exemplo, que o senhor está trazendo pode ser
 137 indeferido pelo órgão ambiental, e no âmbito do inquérito civil, onde foi expedido esse ofício, é possível que o
 138 produtor rural tenha demonstrado ao promotor de Justiça que a infração ambiental não ocorreu; e nós termos
 139 uma decisão favorável ao empreendedor no âmbito do inquérito civil e uma desfavorável no âmbito do
 140 procedimento administrativo. Em resumo, o que eu gostaria de deixar claro é que as responsabilidades
 141 administrativas, civil e penal caminham de forma autônoma. Nós temos uma situação na penal, conselheiro
 142 Mageste, em que sendo julgada em uma ação penal a existência do fato, a existência do crime, a ocorrência do
 143 crime e quem é seu autor, aí sim essa situação ao cível e ao administrativo. Mas a princípio a decisão do
 144 administrativo não vincula o cível e nem o cível vincula o administrativo se não forem as mesmas passes que
 145 tiverem litigado no processo onde foi prolatada uma sentença. Então é importante deixar essa situação do
 146 inquérito civil bem clara, que é possível apresentação de defesa por parte do empreendedor dentro do império

civil também, e isso pode afetar a decisão do promotor de Justiça em oferecer ou não o termo de ajustamento de conduta e de aforar ou não uma ação civil pública para proteção do meio ambiente. Então a grosso modo você como promotor de Justiça não precisa aguardar a definição da questão no âmbito administrativo, você vai definir isso com base nas provas que foram coletadas no âmbito do inquérito civil público. Então não tem atropelo de prazos, isso não acontece exatamente em razão dessa situação, que não é preciso aguardar a definição no âmbito administrativo. E aqui, novamente, eu gostaria de deixar claro, por parte de todos os promotores de Justiça, o reconhecimento da seriedade do trabalho dos órgãos ambientais. Tanto que na maioria dos casos, conselheiro Mageste, presidente, geralmente a decisão que é prolatada no âmbito cível segue a fundamentação que foi encaminhada pelo órgão ambiental, mas isso não quer dizer que necessariamente deve haver uma correlação entre a conclusão do âmbito administrativo e a conclusão no âmbito cível. Só para trazer esse esclarecimento do dia a dia, da lida de um inquérito civil.” Vladimir Rabelo Lobato e Silva/IGAM: “Eu gostaria de inicialmente corroborar com as palavras do conselheiro representante do Ministério Público, Dr. Lucas, justamente dessa independência entre as instâncias. E só fazer mais uma colocação que esse envio, muito bem dito pelo conselheiro Henrique também, o envio de uma das vias do auto de infração para o Ministério Público, nós cumprimos uma obrigação prevista em Decreto Estadual, Decreto 47.383. Então nós enquanto servidores públicos e agentes de fiscalização cumprimos uma regra do decreto, que prevê esse encaminhamento de uma das vias. Assim que lavrado o auto de infração, constatado o cometimento de algum ilícito, antes do trânsito em julgado administrativo, já com a lavratura e a notificação válida do infrator, nós temos a obrigação de encaminhar uma das vias para o Ministério Público, para que então caminhe, o Ministério Público faça o seu trabalho, conforme bem disse o Dr. Lucas, caminhe em paralelo e independente da nossa persecução administrativa. E as decisões também podem não convergir, como já disse o Dr. Lucas.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

—
APROVAÇÃO DA ATA

—
Thiago Figueiredo Santana
Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal